



Tribunal Regional Federal da Primeira Região



# Programa

SUMÁRIO   SAIR

© 2007. Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Edifício-Sede: SAS, quadra 2, bloco A – Praça dos Tribunais Superiores  
Brasília/DF CEP 70070-900  
PABX (61) 3314-5225 – FAX 3322-1150  
Endereço eletrônico: www.trf1.gov.br

**Elaboração**

Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES  
Centro de Estudo e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG

**Coordenação Geral**

Felipe dos Santos Jacinto

**Coordenação Técnica**

Wânia Maritça Araújo Vieira

**Concepção e Redação**

Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá  
Maria Carolina de Souza Ribeiro  
Redivaldo Dias Barbosa  
Wânia Maritça Araújo Vieira

**Dados e Informações**

Unidades do TRF 1ª Região

**Produção Editorial**

Centro de Estudo e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG  
Divisão de Produção Editorial – DIEDI

**Supervisão**

Benvolio Evangelista da Silva

**Projeto Gráfico-Editorial**

Renata Guimarães Leitão

**Capa**

Ludmila Araujo (estagiária)

**Revisão**

Renato Cunha

**Impressão**

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

## Composição do Tribunal

Presidente: Desembargadora Federal  
Assusete Magalhães Vice-Presidente: Desembargador  
Federal Carlos Olavo Corregedor-Geral: Desembargador  
Federal Jirair Aram Meguerian

Desembargador Federal Tourinho Neto  
Desembargador Federal Catão Alves  
Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima  
Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias  
Desembargador Federal Olindo Menezes  
Desembargador Federal Mário César Ribeiro  
Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral  
Desembargador Federal Cândido Ribeiro  
Desembargador Federal Hilton Queiroz  
Desembargador Federal Carlos Moreira Alves  
Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes  
Desembargador Federal José Amilcar Machado  
Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva  
Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro  
Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira  
Desembargador Federal João Batista Moreira  
Desembargador Federal Souza Prudente  
Desembargadora Federal Selene de Almeida  
Desembargador Federal Fagundes de Deus  
Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves  
Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues  
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso  
Desembargador Federal Leomar Amorim  
Desembargadora Federal Neuza Alves

Diretor-Geral: Felipe dos Santos Jacinto

---

*O pregar que é falar faz-se com a boca; o pregar  
que é semear faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam  
palavras; para falar ao coração, são necessárias obras.*

Padre Antônio Vieira

## Sumário

Horizonte/MG

### **Apresentação, 9**

### **Premissas do Programa de Metas, 13**

Conceitos Institucionais, 15

Objetivos Estratégicos, 19

Diretrizes Estratégicas, 20

Metas, 21

Créditos Orçamentários, 22

Siglas Utilizadas, 22

### **Diretriz Estratégica I – Integração da Primeira Região, 23**

Meta 1 – Videoconferência, 24

Meta 2 – Ampliação do Protocolo Descentralizado, 27

Meta 3 – Participação em Estudos para Reestruturação da Justiça Federal de 1º e 2º graus, 28

Meta 4 – Divulgação Institucional, 29

Meta 5 – Preservação da Memória Institucional, 30

Meta 6 – Uniformização de Procedimentos Administrativos, 31

### **Diretriz Estratégica II – Melhoria das Instalações Físicas, 33**

Meta 7 – Construção da Sede Própria para o Tribunal, 34

Meta 8 – Ampliação dos Gabinetes dos Desembargadores Federais, 37

Meta 9 – Construção de Nova Subestação de Energia Elétrica no Edifício Sede, 38

Meta 10 – Ampliação da Área Útil do Atual Edifício Sede do Tribunal, 39

Meta 11 – Outras Obras e Reformas no Âmbito do Tribunal, 40

Meta 12 – Aquisição de Imóveis em Belo

para Sedar a Seção Judiciária, 41

Meta 13 – Aquisição de Imóvel em Montes Claros/MG para Sedar a Subseção Judiciária, 42

Meta 14 – Construção e Reformas de Sedes para as Seções e Subseções Judiciárias, 43

### **Diretriz Estratégica III – Virtualização de Processos Judiciais, 45**

Meta 15 – Implementação de Soluções Eletrônicas, 46

Meta 16 – Adequação da Infra-estrutura da Área de Tecnologia da Informação, 47

Meta 17 – Adequação dos Sistemas Judiciais para Plataforma WEB, 48

### **Diretriz Estratégica IV – Eficiência dos Serviços, 51**

Meta 18 – Modernização dos Serviços de Taquigrafia e de Audiências, 52

Meta 19 – Modernização e Ampliação do Parque de Equipamentos, 53

Meta 20 – Desenvolvimento e Modernização de Sistemas de Informação, 55

Meta 21 – Gestão de Recursos Orçamentários e Financeiros, 56

Meta 22 – Gestão de Recursos Humanos, 57

Meta 23 – Gestão e Aprimoramento do Sistema Normativo, 58

Meta 24 – Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores, 59

Meta 25 – META – Modelo de Excelência no Trabalho, 60

Meta 26 – Implantação do Serviço de Ouvidoria Administrativa, 61



## **Apresentação**

Ao assumir a Presidência do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em abril de 2006, preocupei-me com três vertentes de ação.

A primeira, dar total cumprimento aos princípios que regem a Administração Pública, insertos em nossa Magna Carta. A segunda, a consciência de que todos os esforços, de magistrados e servidores, devem estar a serviço da sociedade brasileira. E, por derradeiro, a certeza de que devemos estar sempre em perfeita sintonia com a realidade atual, que exige mudanças muito rápidas, dinâmicas, facilmente ajustáveis, para contrapor-se às necessidades vigentes, fazendo com que as organizações, sejam públicas ou privadas, estejam em constante processo de evolução e aprimoramento.

Com o recente realinhamento organizacional promovido neste Tribunal, no qual se destaca o fortalecimento e a reorientação da Secretaria de Tecnologia de Informação e a criação do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional, foi dado o primeiro passo para tornar possível a realização deste trabalho, que ora apresento aos senhores leitores.

Em dezembro passado, solicitei à Diretoria-Geral estudos visando à definição de planejamento estratégico que retratasse e orientasse os trabalhos a serem desenvolvidos durante minha gestão na Presidência do Tribunal.

Fui naquela oportunidade informada — e convencida por fortes argumentos técnicos — de que um planejamento estratégico exige requisitos prévios, como a definição de indicadores, ainda não implementados pelo Tribunal.

Depois de refletir sobre a vocação do Tribunal e seus compromissos com a sociedade brasileira, nasceu o presente *Programa de Metas* para o Biênio 2007-2008, que traça um plano de gestão focado em qualidade de serviços e eficaz gerenciamento de recursos. Seu escopo é amplo, abrangendo as áreas gerenciais, técnicas e operacionais, com o objetivo de tornar o Tribunal, suas Seções e Subseções Judiciárias mais eficientes, mais eficazes e mais modernos, de forma a atender os anseios e aspirações da sociedade, a que prestam seus serviços.

Na sua concepção, fugiu-se das miragens acadêmicas e buscou-se priorizar metas factíveis, que poderão ser efetivamente realizadas com os recursos orçamentários disponíveis e, ainda, ser o esteio para proporcionar condições favoráveis à acessibilidade do jurisdicionado, à celeridade e à efetividade dos julgados originários e recursais.

Priorizar não é fácil, envolve todo um processo de escolhas e de viabilidade, ao mesmo tempo refletindo nos contextos interno e externo e deles resultando.

Assim, buscou-se estabelecer diretrizes para nortear as metas do biênio, calcadas na excelência da gestão dos recursos públicos, transparência, conscientização de bem servir à sociedade, aprimoramento contínuo e progressivo dos serviços e tecnologias, uniformização e simplificação de rotinas e procedimentos, visão compartilhada de todas as áreas e níveis organizacionais, motivação e engajamento do corpo funcional.

O projeto abrange o biênio 2007-2008, porque, embora minha gestão termine em abril de 2008, muitas das metas aqui previstas são de longa duração — como a construção do edifício-sede para o Tribunal — e terão apenas algumas fases concluídas. Todavia, deve-se deixar claro que nenhum projeto é estático, imutável. Ao contrário, deve permitir mudanças, ajustes, realinhamentos, inclusões ou exclusões, seja em face das avaliações constantes por que deve passar, seja para atender novas necessidades e prioridades. Assim, sua concepção não irá impedir meu sucessor na Presidência de delinear outras prioridades.

A boa gestão exige um processo contínuo e interativo, visando manter a organização como um conjunto apropriado e integrado a seu ambiente. Mas administrar não é só utilizar-se de técnicas e ferramentas administrativas, é também sonhar com novas possibilidades, é almejar futuro mais grandioso e orgulhar-se de pertencer à instituição. O sonho é o desejo ousado de chegar mais longe e fazer mais, é o agir movendo-se para o futuro e resume-se na frase que impulsionou Walt Disney: “Se você sonhar com alguma coisa, você pode fazer”.

É evidente que, em se tratando da gestão de recursos públicos, os sonhos devem ser transformados em projetos sólidos, avaliados e controlados permanentemente e construídos a partir da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, da responsabilidade e da ética.

É importante ressaltar que, desde a instalação deste Tribunal, todas as Administrações envidaram esforços hercúleos para modernizar e aperfeiçoar os serviços prestados, tendo esta Corte sempre se destacado por suas iniciativas e realizações. Todavia, há muito ainda para se realizar, pois a prestação jurisdicional, em todas as esferas do Poder Judiciário, está longe de ser considerada ideal. E cabe ao administrador ter sempre o olhar no futuro, amparado pelas experiências presentes e passadas.

Com este Programa de Metas, não se tem a pretensão de resolver todos os problemas que assolam a Justiça Federal da Primeira Região, tão assoberbada pela gritante defasagem entre a demanda da





prestação jurisdicional e a alocação de recursos humanos, orçamentários e financeiros. Pretende-se, sim, instrumentalizar a Primeira Região para implementar sua missão institucional e contribuir para o alcance de sua visão de futuro, por meio de ações e projetos que assegurem a continuidade administrativa e a conclusão de projetos prioritários, definidos em consonância com os valores institucionais.

É tempo de mudança, é hora de repensar o Poder Judiciário brasileiro, para que se possa resgatar sua credibilidade perante a opinião pública.

Caros magistrados e servidores da Primeira Região, eu os convido a sonhar em busca de uma Justiça Federal mais rápida nas suas decisões, que adote procedimentos mais simplificados, que utilize melhor seus recursos institucionais, que se coloque totalmente a serviço da sociedade brasileira.

Este documento procura reproduzir o ciclo que move a humanidade e que deve mover também as organizações: sonhar → planejar → executar → avaliar → aprimorar → sonhar.

Brasília, fevereiro de 2007.

Desembargadora Federal ASSUSETE MAGALHÃES  
Presidente

## Premissas do Programa de Metas

Este é o primeiro *Programa de Metas* da Justiça Federal da Primeira Região, que traz o plano de gestão desta Administração para o biênio 2007-2008. Para que o Tribunal Regional Federal da Primeira Região e suas 14 Seccionais alcancem todo o seu potencial, é fundamental que se tenha uma visão de futuro claramente articulada e compartilhada. Essa visão inclui, em primeiro lugar, conhecimento profundo sobre a missão e os valores organizacionais, elementos imprescindíveis que dizem respeito a sua razão de ser, sem os quais não seria possível alcançar as perspectivas de futuro traçadas.

Ao planejar suas ações futuras, qualquer organização pública deve refletir sobre três questões fundamentais:

- Ã qual a melhor forma de prestar o serviço público?
- Ã em que ambiente estará inserida?
- Ã de que recursos dispõe?

Somente por meio dessa reflexão permanente, a organização será capaz de se alinhar em uma direção, perceber as necessidades de mudança/aprimoramento e, finalmente, mudar/aprimorar. Em outras palavras, a reflexão promove a aprendizagem continuada, necessária

para que qualquer organização decida constantemente seus rumos de acordo com a contextualização.

Na atualidade, a Administração Pública tem adotado tendências que apontam para a excelência da gestão, cujo propósito é transformar as organizações, procurando torná-las cada vez mais preocupadas com o cidadão e não apenas com os seus processos burocráticos internos.

Nesse contexto, é imprescindível que os serviços públicos adotem medidas ousadas e contundentes, como a utilização de novas tecnologias de processamento e transmissão de informações, para aumentar a eficiência e a capacidade de atendimento à sociedade.

Considerando-se *gestão* como a capacidade de fazer o que precisa ser feito, ou seja, de conduzir a organização para o cumprimento de sua missão, infere-se que gestão excelente é aquela que promove a melhor relação entre recursos, ações e resultados.

Na Justiça Federal da Primeira Região, como em todas as demais esferas do Poder Judiciário, a demanda jurisdicional cresce em assustadora progressão geométrica, enquanto os recursos humanos, orçamentários e financeiros crescem em lenta progressão aritmética, criando avassaladora defasagem entre demanda e prestação. Qualquer plano de gestão que não considere esta realidade está fadado ao insucesso.

Por essas razões, este *Programa de Metas* traz um rol de ações estratégicas factíveis, para serem implementadas prioritariamente no biênio 2007-2008, sendo que algumas delas, por sua natureza de longa duração, ultrapassarão esse período. Para assegurar o cumprimento de todas as metas, foram definidos prazos de conclusão para todas as ações. Quando não houver indicação de prazo, devem-se considerar as ações como de caráter contínuo.

A concretização de todos os resultados desejados, em observância à missão do TRF 1ª Região, dependerá, principalmente, do grau de comprometimento da Administração, dos dirigentes e servidores com os valores da instituição, que serviram de base para se estabelecer o presente plano.

## Conceitos Institucionais

### **Missão**

É a razão de ser da instituição, que justifica sua existência e orienta e delimita suas ações.

#### **Missão do Trf 1ª REGião**

Contribuir para a pacificação social, por meio de prestação jurisdicional acessível, célere, efetiva e agregada de princípios éticos, legais e de respeito ao ser humano.

### **Visão de futuro**

Determina o patamar que a organização quer atingir em razão de sua missão e como quer ser reconhecida. É o estado futuro, almejado, o sonho que se quer realizar.

#### **Visão de futuro do Trf 1ª REGião**

Consolidar-se, perante a sociedade brasileira, como um Tribunal que promove a pacificação social por meio da excelência, rapidez e efetividade de seus julgados, da boa gestão de seus recursos e da qualidade de suas ações, além de se firmar como um centro de referência em ambiente de trabalho e motivação humana.



### ValorEs insTiTuCionais

São a alma da instituição. O que todos sentem que ela é. É o norte único compartilhado, que vem a ser a definição de para onde quer ir a instituição, de como, com quem, de quais os resultados que devem ser compartilhados por todos os integrantes da organização, em todos os níveis, para que possam todos participar e defender os mesmos sonhos.

*Cidadania* – ser agente de mudanças no contexto social, conscientização e preservação do meio ambiente.

*Gestão participativa* – trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades na instituição.

*Comprometimento* – atuar com dedicação, empenho, entusiasmo e tra

*Valorização do Servidor Público* – reconhecer e valorizar os méritos e garantir seu comprometimento, dedicação e empenho.

#### ValorEs insTiTuCionais do

#### Trf 1ª rEGião

*Justiça* – pautar suas ações e decisões dentro dos princípios de justiça e respeito ao próximo.

*Ética* – comprometer-se a zelar para que todas as suas ações e relações sejam realizadas com honestidade e

*Observância aos princípios constitucionais* – condicionar a atividade funcional aos princípios que re-

*Excelência* – atingir resultados com rapidez e qualidade, buscando alcançar os mais elevados padrões na

*Constância nos propósitos* – estabelecer e compartilhar, com toda a organização, objetivos de longo prazo e a efetividade do planejamento das ações.

*Inovação e criatividade* – atualizar-se em relação às melhores práticas, buscando o aprendizado contínuo, as oportunidades e alternativas e estimulando a criatividade e o estabelecimento de novos desafios.

## Objetivos Estratégicos

Definir objetivos estratégicos é o primeiro passo para se assegurar o sucesso de um plano de gestão. Por essa razão, os objetivos definidos neste *Programa de Metas* são realistas, oportunos, alcançáveis e mensuráveis. Isso quer dizer que eles levam em conta a realidade da Justiça Federal na Primeira Região, com seu excesso de demandas e sua escassez de recursos; são lançados no momento certo, com prazos exequíveis; não oferecem obstáculos intransponíveis e podem gerar indicadores que facilitarão os futuros planejamentos estratégicos nas próximas gestões.

Os objetivos estratégicos ora definidos pretendem indicar, em linhas gerais, os princípios que nortearão o Tribunal e suas Seccionais no alcance das metas prioritizadas para o biênio 2007-2008:

- primar pela excelência na gestão pública, tornando-a mais transparente e socialmente responsável;
- oferecer a melhor e mais célere prestação jurisdicional possível;
- descentralizar atividades e procedimentos para garantir a celeridade processual;
- garantir a estabilidade orçamentária;
- priorizar a valorização e o aperfeiçoamento do corpo funcional;
- renovar o parque tecnológico;
- fortalecer as imagens externa e interna da Justiça Federal da Primeira Região;
- criar um clima organizacional de cooperação, cordialidade, respeito e compromisso.

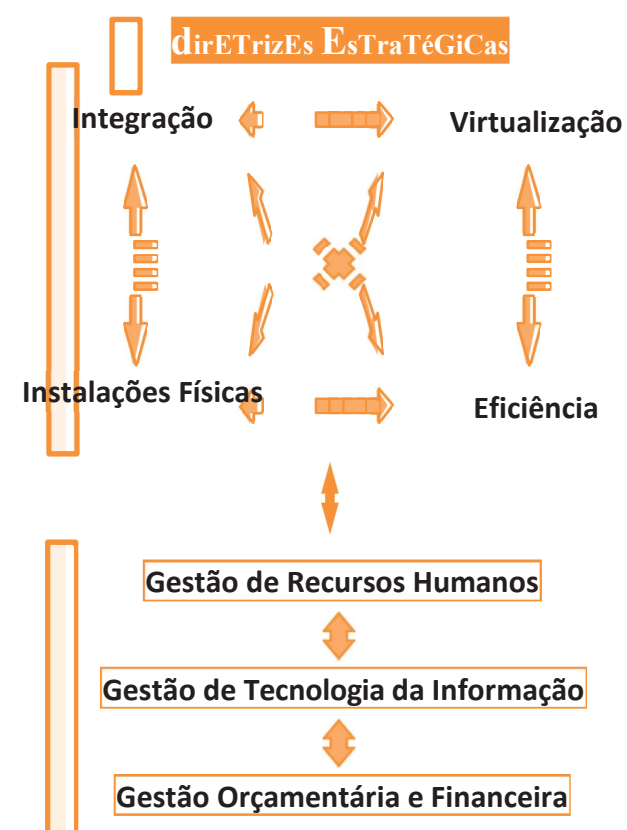
Avaliação

Aprimoramento  
Adequação e

## Diretrizes Estratégicas

As diretrizes estratégicas são as grandes áreas de atuação eleitas pela Administração para atingir os objetivos estratégicos previamente definidos. Permitem traduzir os objetivos em indicadores, metas e projetos, que servem de referência e guia para a gestão organizacional.

Para o biênio 2007-2008, foram fixadas como diretrizes a *integração* da Primeira Região nos aspectos técnicos e gerenciais, a *virtualização* de processos judiciais, a constante busca pela *eficiência* dos serviços e a melhoria das *instalações físicas* do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias.



Para tanto, há que se provisionar, organizar e coordenar, de forma sincronizada, as equipes de trabalho, transmitir informações corretas e rápidas a todos os envolvidos, disponibilizar as ferramentas tecnológicas necessárias à consecução dos serviços, ao tempo que são providenciados e controlados os escassos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

## Metas

As metas são os resultados que se pretende atingir. Enquanto a visão ajuda a conduzir a organização para o futuro, as metas são os alvos que precisam ser alcançados no prazo estabelecido.

As metas devem ser:

- Serem priorizadas;
- Serem desafiadoras;
- Serem atingíveis;
- Serem avaliadas e controladas;
- Serem compartilhadas e superadas com o esforço conjunto.

No presente *Programa de Metas*, cada diretriz estratégica foi desdobrada, totalizando 26 metas a serem alcançadas no biênio 2007-2008. As metas, por sua vez, deverão ser desdobradas em Planos de Trabalho e Cronogramas de Trabalho a serem desenvolvidos pelas unidades responsáveis por sua execução, garantindo a sua realização nos prazos programados.

O gerenciamento das metas será realizado da seguinte forma:

- *coordenação*: Diretor-Geral da Secretaria;
- *execução*: Diretoria-Geral – DIGES e Secretarias responsáveis, com suas unidades vinculadas;
- *avaliação e controle*: Diretor-Geral, Secretarias e Centro de Estudos e Apoio a Gestão – CENAG;
- *apoio técnico*: CENAG.

Além das metas elencadas no presente trabalho, serão ainda realizadas todas as atividades rotineiras de cada uma das unidades que

compõem a estrutura administrativa do Tribunal, bem como outras que eventualmente surgirem no decorrer do biênio.

## Créditos Orçamentários

Todas as metas prioritizadas neste projeto possuem créditos orçamentários consignados no Orçamento da União. Aquelas que serão concluídas no exercício de 2007 possuem dotação orçamentária total. As que serão apenas iniciadas possuem dotação orçamentária para as fases que serão realizadas.

Às metas de longa duração será dispensado todo o apoio da atual Administração para a obtenção de reforços orçamentários para sua concretização.

## Siglas Utilizadas

ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
CENAG	Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional
COGER	Corregedoria-Geral
COJEF	Coordenação dos Juizados Especiais Federais
COJUD	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
COREJ	Coordenadoria de Execução Judicial
COTAQ	Coordenadoria de Taquigrafia
DIGES	Diretoria-Geral da Secretaria
ESMAF	Escola de Magistratura Federal da Primeira Região
JEFs	Juizados Especiais Federais
PRESI	Presidência
SECAD	Secretaria de Administração
SECBE	Secretaria de Programas e Benefícios Sociais
SECIN	Secretaria de Tecnologia da Informação
SECJU	Secretaria Judiciária
SECOI	Secretaria de Controle Interno
SECOR	Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro
SECRE	Secretaria de Recursos Humanos

## Diretriz Estratégica I

### Integração da Primeira Região

#### *Justificativa*

A extensão territorial da Primeira Região sempre foi apontada como sendo a grande — se não a maior — dificuldade enfrentada pela Administração do Tribunal.

#### *Objetivo*

Valorização da condição continental da Primeira Região, unindo anseios, integrando esforços e experiências de forma conjunta entre o Tribunal, suas 14 Seções e 42 Subseções Judiciárias e buscando explorar positivamente uma de suas maiores dificuldades, para alcançar a sinergia, em que o todo é maior que a soma das partes.

#### *Resultados esperados*

Significativo aumento da produtividade em todos os níveis, proporcionado pela maior interação e uniformidade



no desenvolvimento dos trabalhos, métodos, rotinas e procedimentos.

- Ã Possibilidade de criação da universidade corporativa da Primeira Região.
- Ã Melhor gestão dos recursos orçamentários, financeiros e humanos pela união de esforços e compartilhamento de resultados.
- Ã Maior celeridade no julgamento de processos dos Juizados Especiais Federais, em cumprimento aos dispositivos legais da Lei 10.259/2001.
- Ã Otimização dos meios de divulgação institucional.
- Ã Fortalecimento do espírito de equipe em toda a Primeira Região, pelo compartilhamento da visão, dos valores e resultados institucionais.

### **Meta 1**

#### ***VideOconferência***

Videoconferência consiste em uma forma de comunicação que possibilita a interação entre duas ou mais pessoas, separadas fisicamente, mediante transmissão de áudio, dados e vídeo, em tempo real e de forma cooperativa, permitindo o compartilhamento de materiais e informações de trabalho sem a necessidade de deslocamento físico.

A implantação de tecnologia de videoconferência será fundamental para a integração da Primeira Região, possibilitando que as longas distâncias sejam vencidas por meio de reuniões virtuais do Tribunal com suas Seções e Subseções e destas entre si, eventos de treinamento e formação profissional a distância, sustentação oral virtual em sessões de julgamento ou audiências, oitiva de testemunhas a distância.

Tudo isso, será um grande impulso para o funcionamento dos Juizados Especiais Federais, principalmente ao proporcionar o atendimento ao parágrafo 3º do art. 14 da Lei 10.259, de 12/07/2001, que determina: “a reunião de juizes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica”, o que, sem dúvida, resultará em maior celeridade dos julgamentos.

Entre as principais vantagens advindas da implantação da videoconferência, destacam-se:

- Ã economia de tempo, evitando-se o deslocamento de pessoal para realização de reuniões, encontros, treinamentos e outros eventos;
- Ã economia de recursos orçamentários e financeiros pela redução de gastos com diárias e passagens;
- Ã rapidez na tomada de decisões pelo fornecimento de informações em tempo real;
- Ã compartilhamento de informações;
- Ã transferência em tempo real de material de trabalho;
- Ã fomento à pesquisa e disseminação do conhecimento, pois reuniões e eventos de treinamento podem ser gravados para futuras utilizações;
- Ã melhor qualificação dos servidores pela possibilidade de se realizar mais treinamentos;
- Ã otimização dos gastos de capacitação e aprimoramento na realização de eventos simultâneos com a participação de servidores do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias;
- Ã maior celeridade no julgamento dos processos dos JEFs;
- Ã maior satisfação dos jurisdicionados e da sociedade devido à celeridade dos julgamentos.





### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

#### *Infra-estrutura*

Ã Projeto básico: estudos para dimensionamento do projeto, definição da necessidade de aquisição ou expansão de equipamentos e *links*.

**Responsável:** SECIN.

**Prazo de conclusão:** fevereiro de 2007.

Ã Licitação, aquisição e entrega dos recursos materiais definidos no projeto básico.

**Responsável:** SECAD.

**Prazo de conclusão:** maio de 2007.

Ã Instalação dos equipamentos no Tribunal, nas Seções e Subseções Judiciárias.

**Responsável:** SECIN, unidades equivalentes nas Seções e Subseções e fornecedores contratados.

**Prazo de conclusão:** agosto de 2007.

#### *Preparação e testes*

Ã Definição da programação de capacitação e aprimoramento da Primeira Região e dos recursos instrucionais necessários.

**Responsável:** ESMAF e SECRE, com apoio da SECIN.

**Prazo de conclusão:** julho de 2007.

Ã Definição de métodos e ferramentas interativas de trabalho para realização de sessões de julgamento, audiências, oitivas, reuniões técnicas e eventos de capacitação e aprimoramento.

**Responsável:** SECIN, CENAG e áreas usuárias (PRESI, COGER, COJEF, ESMAF, DIGES, e Secretarias).

**Prazo de conclusão:** agosto de 2007.

Ã Treinamento das equipes para educação a distância, em toda a Primeira Região.

**Responsável:** ESMAF e SECRE, com apoio da SECIN.

**Prazo de conclusão:** setembro de 2007.

Ã Treinamento para usuários, utilizando a própria videoconferência como recurso institucional e testes com reuniões simuladas.

**Responsável:** SECIN e SECRE, com o apoio do CENAG.

**Prazo de conclusão:** setembro de 2007.

Ã Acordos, convênios e contratos necessários com outros órgãos para realização de reuniões técnicas, oitivas e audiências por meio de videoconferência.

**Responsável:** áreas técnicas e SECAD.

**Prazo de conclusão:** setembro de 2007.

#### *Solenidade de instalação*

Ã Primeira reunião simultânea com desembargadores do Tribunal e magistrados da Primeira Região.

**Responsável:** SECIN e unidades equivalentes nas Seções e Subseções.

**Realização:** Sessão Plenária de 11/10/2007.

## **Meta 2**

### *ampliação dO pROtocolO descentRalizado*

O Protocolo Descentralizado foi implantado na Primeira Região pela Resolução 9 de 17/06/1999, exclusivamente para o recebimento de petições dirigidas ao Tribunal. Existe enorme demanda por parte dos jurisdicionados e das próprias unidades do TRF para que ele seja ampliado, permitindo que os mesmos procedimentos de protocoli-



zação possam ser efetuados também entre o Tribunal e as Subseções, de uma Seção para outra, entre as Seções e Subseções e de uma Subseção para outra.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

- Ã Padronização eletrônica do Protocolo Descentralizado.  
**Responsável:** SECIN, SECJU e CENAG, com a participação das Seções e Subseções Judiciárias.  
**Prazo de conclusão:** 1º trimestre de 2008.
- Ã Centralização das bases do sistema processual e interligação entre o TRF, as Seções e as Subseções Judiciárias.  
**Responsável:** SECIN, com a participação das Seções e Subseções Judiciárias.  
**Prazo de início:** 1º trimestre de 2007.  
**Prazo de conclusão:** 2009.

### Meta 3

#### *PaRticipaçãO em EstudOs paRa ReestRutuRaçãO da Justiça fedeRal de 1º e 2º gRaus*

Com o objetivo de promover estudos e elaborar anteprojeto de lei unificado de reestruturação da Justiça Federal de 1º e 2º graus, o Conselho de Justiça Federal - CJF criou comissão nacional, da qual fazem parte, representando a Primeira Região, o Desembargador Federal Mário César Ribeiro e o Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca. O Tribunal solicitou sugestões aos desembargadores federais e aos diretores de foro da Primeira Região para subsidiar os trabalhos.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

- Ã Análise e consolidação das sugestões apresentadas pelos desembargadores federais, Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região.  
**Responsável:** CENAG.  
**Prazo de conclusão:** 1º trimestre de 2007.
- Ã Proposição de soluções que conciliem as necessidades das unidades jurisdicionais e administrativas da Primeira Região com o volume de serviços, para subsidiar a comissão do CJF.  
**Responsável:** Comissão de Magistrados representantes da Primeira Região.  
**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

### Meta 4

#### *divulgaçãO InstituciOnal*

Para se alcançar a excelência na gestão pública, é crucial informar com rapidez o público jurisdicionado à Primeira Região, que é diversificado e geograficamente disperso. Para tanto, há que se utilizar, de forma integrada e planejada, todas as ferramentas de divulgação institucional disponíveis. Nesse sentido, o Tribunal dará continuidade ao aprimoramento e à ampliação dos meios internos e externos de publicidade administrativa e judicial que possui.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

- Ã Ampliação da participação do Tribunal na TV Justiça.
- Ã Incremento da TV Destaque.



Ã Melhor utilização dos recursos de internet e intranet, maiores canais de comunicação com os públicos externo e interno, respectivamente.

**Responsável pelas ações:** ASCOM.

Ã Intensificação das publicações destinadas à divulgação da produção intelectual dos magistrados da Primeira Região, conforme Resolução 15 de 10/08/2001.

**Responsável:** CENAG.

**Prazo de conclusão:** 1º trimestre de 2007.

Ã Lançamento do novo leiaute do Boletim de Serviço do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

**Responsável:** CENAG.

**Prazo de conclusão:** janeiro de 2007. **3**

## Meta 5

### ***pReseRvaçãO da Memória InstituciOnal***

Várias ações isoladas e sem periodicidade definida têm sido empreendidas pelo Tribunal, ao longo de sua existência, para preservar documentos e informações e registrar sua trajetória e impacto social. O projeto *Preservação da Memória Institucional* pretende coordenar essas ações e torná-las contínuas no âmbito da Primeira Região.

### ***fases de viabilizaçãO dO pROJeto***

Ã Gestão dos arquivos judiciais, com a classificação e seleção de processos visando à preservação do conteúdo histórico da Justiça Federal da Primeira Região.

**Responsável:** COJUD.

Ã Lançamento da publicação *A maioria de um Tribunal: 18 anos servindo ao ideal da pacificação social*.

**Responsável:** CENAG.

**Prazo de conclusão:** março de 2007.

Ã Realização do seminário “40 anos de Implantação da Justiça Federal da Primeira Região”.

**Responsável:** comissão interdisciplinar a ser designada.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007.

Ã Incremento do acervo do Memorial do TRF 1ª Região, aliado à maior divulgação e à implementação de ações interativas com as datas comemorativas do Tribunal e da primeira instância.

**Responsável:** COJUD.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

Ã Lançamento da 3ª edição da publicação *Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*.

**Responsável:** COJUD.

**Prazo de conclusão:** março de 2008.

## Meta 6

### ***UnifORmizaçãO de pROcedimentOs AdministRativOs***

Na Primeira Região, o dinamismo do trabalho e a grande extensão territorial levaram à execução de atividades semelhantes de formas distintas, o que tem dificultado a otimização do serviço nas unidades administrativas do Tribunal e das Seccionais. Este projeto pretende rever e sistematizar os diferentes procedimentos e interpretações nas diversas unidades da Primeira Região.



*fases de viabilizaçãO dO pROJEtO*

Ã Cada área de atuação administrativa do Tribunal promoverá, periodicamente, Encontros de Dirigentes e Técnicos com todas as Seções e Subseções, por meio de videoconferência, para adoção de soluções administrativas conjuntas.

**Responsável:** todas as unidades administrativas.

**Prazo de início:** 3º trimestre de 2007.

**Prazo de conclusão:** contínuo.

## Diretriz Estratégica II Melhoria das Instalações Físicas

*Justificativa*

Um dos reflexos diretos da Constituição Federal de 1988 foi avivar no povo brasileiro o senso da cidadania, promovendo o pleno acesso ao Poder Judiciário. Como conseqüência, houve um significativo crescimento da demanda jurisdicional e a expansão das atividades judiciais, cartorárias e administrativas.

Devido a esse crescimento, as instalações do Tribunal e de algumas Seções e Subseções Judiciárias tornaram-se inadequadas, comprometendo o atendimento ao cidadão e a qualidade dos serviços.

*Objetivo*

Dotar, de acordo com os recursos orçamentários disponíveis e mediante critérios rigorosos de priorização, os edifícios que abrigam o Tribunal, as Seções e as Subseções Judiciárias de condições físicas adequadas ao seu funcionamento.



### *Resultados esperados*

- Ã Melhor acomodação do Tribunal e da Justiça Federal de 1º grau.
- Ã Maior qualidade do atendimento ao público interno e externo.
- Ã Maior produtividade dos julgados.
- Ã Melhor desempenho das áreas administrativas.
- Ã Redução com gastos de aluguéis de prédios.

### *Prazos estimados*

Os prazos previstos de conclusão das obras podem, como é de praxe no ramo da Construção Civil, sofrer alterações de até seis meses de antecipação ou de prorrogação.

## **Meta 7**

### *Construção da Sede Própria para o Tribunal*

Poucos edifícios públicos têm um significado social e cívico tão forte quanto os que abrigam o Poder Judiciário. Eles devem, necessariamente, refletir o respeito incondicional à igualdade e à dignidade a que todos os cidadãos têm direito, além de expressar a disposição pela crescente acessibilidade da Justiça às diversas camadas da população, tônica que tem sido ressaltada em todas as instâncias do Poder Judiciário.

Mas, lamentavelmente, não é o que ocorre no Tribunal, onde os gabinetes dos desembargadores federais, que estão abarrotados de processos, possuem área reduzidíssima, causando grande desconforto a seus titulares e aos servidores que ali atuam.

Quanto à área administrativa, o Tribunal está distribuído em oito prédios, com cinco deles fisicamente distantes, resultando em grandes problemas de gerenciamento e deslocamento de servidores,

processos e materiais de consumo, que causam perda de tempo e trazem grande ônus à Administração, além de causar dificuldade de acesso ao público externo.

Apresenta-se, agora, a possibilidade de solucionar esses graves problemas, construindo-se a sede definitiva para o Tribunal em terreno próprio, localizado no Setor de Autarquias Federais Sul, quadra 5, lote 3, em Brasília/DF, com capacidade de acomodar todas as unidades jurisdicionais e administrativas no mesmo espaço físico, contemplando os anseios e as necessidades da instituição e de sua população, com espaços adequados e dimensionados à luz de critérios de funcionalidade, acessibilidade, produtividade e segurança.

Considerando que a construção da nova sede comporta desdobramentos de longo prazo, situação que recomenda decisões compartilhadas entre os membros desta Corte, foi instituída, por meio da Portaria/PRESI 600-446 de 31/10/2006, comissão composta pelos Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, Cândido Ribeiro e João Batista Moreira para colaborar com a Presidência nas atividades necessárias à elaboração do projeto arquitetônico e à construção, desenvolvendo as seguintes atribuições:

- a) acompanhar e avaliar os trabalhos de execução do projeto arquitetônico de construção da obra;
- b) acompanhar o processo licitatório da obra de engenharia;
- c) acompanhar a compatibilidade entre a execução física e a execução financeira da obra, bem como seu andamento e fiscalização.

Com recursos do orçamento de 2006, foi contratado o projeto arquitetônico, que está sendo idealizado pela empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda. O orçamento de 2007 contempla recursos suficientes para dar início à construção.



*fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

- Ã Obtenção de recursos orçamentários para a elaboração das fases iniciais (projeto arquitetônico e início das obras) nos exercícios de 2006 e 2007.  
**Responsável:** Diretoria-Geral e SECOR.  
**Prazo:** concluído em 2006. **3**
- Ã Levantamento de informações e necessidades, contratação para elaboração de projeto e aprovação do projeto básico.  
**Responsável:** SECAD e Comissão de Desembargadores Federais.  
**Prazo:** concluído em 2006. **3**
- Ã Elaboração do projeto arquitetônico.  
**Responsável:** empresa contratada, com acompanhamento da SECAD e da Comissão de Desembargadores Federais.  
**Prazo de conclusão:** 1º semestre de 2007.
- Ã Aprovação do projeto.  
**Responsável:** SECAD e Comissão de Desembargadores Federais, que deverão buscar a aprovação do projeto no Governo do Distrito Federal - GDF.  
**Prazo de conclusão:** julho de 2007, após conclusão do projeto arquitetônico.
- Ã Elaboração de edital para contratação da obra.  
**Responsável:** SECAD e Comissão de Desembargadores Federais.  
**Prazo de conclusão:** agosto de 2007.
- Ã Licitação da obra.  
**Responsável:** SECAD e Comissão de Desembargadores Federais.  
**Prazo de conclusão:** outubro de 2007.

- Ã Homologação da decisão e empenho da despesa.  
**Responsável:** Diretor-Geral, SECOR e SECAD, com acompanhamento da Comissão de Desembargadores Federais.  
**Prazo de conclusão:** outubro de 2007.
- Ã Contratação da obra.  
**Responsável:** Presidência, Diretor-Geral e SECAD, com acompanhamento da Comissão de Desembargadores Federais.  
**Prazo de conclusão:** novembro de 2007.
- Ã Início da obra.  
**Responsável:** Empresa contratada, com acompanhamento da SECAD e da Comissão de Desembargadores Federais.  
**Prazo de início:** dezembro de 2007.

**Meta 8**

*AmpliaçãO dOs gabinetes dOs desembaRgadORes federais*

O grave problema de espaço físico enfrentado pelos gabinetes não pode aguardar a solução definitiva: a construção de nova sede para o Tribunal.

Assim, a solução provisória que se apresenta é a transferência de dez gabinetes para o edifício Anexo I, com a desocupação de cinco andares atualmente destinados à área administrativa e à de apoio a julgamentos.

No Edifício-Sede permanecerão dezessete gabinetes com áreas internas variando de 200 a 210m<sup>2</sup>, os quais atualmente variam de 103 a 108m<sup>2</sup>. Já no edifício Anexo I serão alocados dois gabinetes por andar, com área interna de aproximadamente 210m<sup>2</sup> cada.

As unidades administrativas dos andares desocupados no Anexo I serão remanejadas para o edifício Funasa, passando a ocupar a área atualmente destinada aos Juizados Especiais Federais, que estão sendo deslocados para o edifício Cabo Frio.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

**Responsável:** a SECAD, sob a coordenação direta da DIGES, será responsável pela elaboração ou acompanhamento e fiscalização de todas as fases do projeto.

Ã Liberação do edifício Funasa.

**Prazo de conclusão:** fevereiro de 2007.

Ã Desocupação de cinco andares do edifício Anexo I.

**Prazo de conclusão:** março de 2007.

Ã Reformas e adaptações necessárias para os gabinetes remanejados para o edifício Anexo I e os remanescentes no Edifício-Sede.

**Prazo de conclusão:** abril de 2007.

#### Meta 9

#### *COnstRuçãO de NOva SubestaçãO de EneRgia EléTRica nO EdifíciO-Sede*

A rede elétrica utilizada pelo Tribunal, no Edifício-Sede, encontra-se subdimensionada para as suas atuais necessidades, causando constantes problemas de sobrecarga, notadamente com a utilização do ar condicionado.

Já foi solicitada à CEB a aprovação de utilização de área pública para construção de nova subestação, que permitirá aumentar a

carga de energia elétrica, adequando-a às necessidades de utilização do Edifício-Sede, já considerando a sua ampliação de área útil.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

**Responsável:** SECAD, para elaboração ou acompanhamento e fiscalização de todas as fases do projeto.

Ã Aprovação do GDF para ocupação de área pública.

**Prazo de conclusão:** 1º trimestre de 2007.

Ã Licitação da execução.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

Ã Execução da obra.

**Prazo de conclusão:** outubro de 2007.

#### Meta 10

#### *AmpliaçãO da ÁRea Útil dO atual EdifíciO-Sede dO TRibunal*

Estão em curso estudos voltados para ampliação do Edifício-Sede, visando à ocupação de área externa sob o 2º pavimento, no nível da Praça dos Tribunais Superiores. A área a ser construída terá aproximadamente 770m<sup>2</sup>, espaço suficiente para abrigar quatro Coordenadorias Processantes, que atualmente estão localizadas no edifício Anexo I.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

**Responsável:** SECAD, para elaboração ou acompanhamento e fiscalização de todas as fases do projeto.

Ã Perícia estrutural que indicará as eventuais necessidades de reforço e adaptação.

**Prazo de conclusão:** fevereiro de 2007.



Ã Estudos e elaboração de projeto básico.

**Prazo de conclusão:** abril de 2007.

Ã Licitação da obra de reforma e adaptação.

**Prazo de conclusão:** maio de 2007.

Ã Contratação da obra.

**Prazo de conclusão:** junho de 2007

Ã Execução da obra.

**Prazo de conclusão:** outubro de 2007.

### Meta 11

#### *OutRAS ObRAS e RefORMas nO ÂmbitO dO Tribunal*

Grande parte da área administrativa do Tribunal encontra-se provisoriamente instalada devido à falta de espaço físico ou à precariedade dos edifícios, que demandam urgentes reformas e manutenções básicas.

Todas as necessidades urgentes serão sanadas no decorrer do exercício de 2007, destacando-se duas obras maiores, quais sejam: a conclusão da reforma do edifício Adriana, que permitirá o remanejamento de unidades dos edifícios Cabo Frio (Asa Norte) e Funasa (SAS), e a mudança da Gráfica, atualmente funcionando em área cedida pelo Conselho da Justiça Federal - CJF.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJeto*

Ã Conclusão da reforma do edifício Adriana.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007.

Ã Mudança da Gráfica para o edifício Base Operacional.

**Prazo de conclusão:** 4º trimestre de 2007.

### Meta 12

#### *aquisiçãO de imóveis em Belo Horizonte/mg para SediAR a SeçãO JudiciÁria*

As varas e a área administrativa da sede da Seção Judiciária de Minas Gerais ocupam área construída de 26.066,31m<sup>2</sup>, distribuída em cinco prédios, o que representa um dos mais graves obstáculos enfrentados pela Administração da Seccional na busca pela excelência do atendimento ao cidadão de Belo Horizonte. Ademais, o gasto elevado com aluguéis tem comprometido, consideravelmente, os recursos orçamentários da Justiça Federal.

Iniciativas anteriores de instalação das varas em um só edifício tornaram-se infrutíferas devido à dificuldade de obtenção de terreno capaz de abrigar tão grande construção ou à falta de espaço nos edifícios já construídos.

Em outubro de 2006, por meio de ofício dirigido ao Ministério da Justiça, foi iniciado processo de desapropriação, por interesse público, de três edifícios, em Belo Horizonte, para ampliar a sede da Seccional.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJeto*

Ã Proposta de desapropriação dos imóveis.

**Responsável:** CENAG.

**Prazo de conclusão:** atividade desenvolvida em outubro de 2006, que resultou no Decreto de Desapropriação, de 21/12/2006. **3**

Ã Proposta de abertura de crédito especial no valor de 45 milhões de reais.

**Responsável:** SECOR.

**Prazo de conclusão:** atividade desenvolvida em 2006, que resultou na Lei 11.391, de 15/12/2006. **3**



Ã Desapropriação dos imóveis.

**Responsável:** Advocacia Geral da União.

**Prazo:** atividade iniciada em 2006, que resultou na decisão liminar de imissão na posse, de 27/12/2006. **3**

Ã Reformas e adaptações necessárias.

**Responsável:** Seção Judiciária de Minas Gerais, mediante repasse de recursos pelo Tribunal, com acompanhamento da SECAD.

**Prazo de conclusão:** as obras serão iniciadas tão logo haja a desocupação dos prédios, e o tempo de duração dependerá do projeto a ser desenvolvido, estimando-se que sua conclusão não ultrapasse o 1º semestre de 2007.

### Meta 13

*Aquisição de Imóvel em Montes Claros/MG para  
SediAR a Subseção Judiciária*

Foram destinados, em 2007, recursos para aquisição de prédio, que já se encontra em negociação, para abrigar adequadamente a Subseção Judiciária de Montes Claros.

*fases de viabilizaçãO dO pROJeto*

Ã Aquisição do imóvel.

**Responsável:** Seção Judiciária de Minas Gerais, mediante repasse de recursos pelo Tribunal, com acompanhamento da SECAD e SECOR.

**Prazo de conclusão:** 1º trimestre de 2007.

### Meta 14

*COntRuçãO e RefORMas de Sedes paRa as Seções e  
Subseções JudiciÁrias*

Tendo em vista as dificuldades vivenciadas por Seções e Subseções Judiciárias precariamente instaladas, buscou-se priorizar recursos para viabilizar a reforma e a construção de sedes para dotá-las de acomodações apropriadas.

As Seções Judiciárias, à exceção da do Acre, serão contempladas com pequenas e médias reformas e obras de manutenção destinadas à modernização e manutenção de suas instalações, que não serão detalhadas neste *Programa de Metas*.

As construções serão divididas em dois grupos: o primeiro conta com orçamento integral para a conclusão das obras até o exercício de 2008; o segundo terá as obras iniciadas em 2007, podendo ultrapassar o exercício de 2008.

Com grande empenho, a Administração conseguiu antecipar para 2007 o início obras de construção que estavam previstas para o Plano Plurianual – PPA de 2010. Tais obras serão iniciadas assim que forem concluídas as negociações com órgãos municipais para cessão dos terrenos, e todos os esforços serão despendidos com vistas ao reforço orçamentário para 2008, visando assegurar sua continuidade.

*fases de viabilizaçãO dO pROJeto*

**Responsável:** todas as construções e reformas serão realizadas mediante contratação de terceiros, precedidas de licitação, com acompanhamento e fiscalização da SECAD, cabendo à SECOR a responsabilidade pela transferência de recursos orçamentários e financeiros, com o devido acompanhamento sistemático do cronograma de execução das obras.

Ã Reforço estrutural da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007.





- Ã Construção com prazo de conclusão até o 2º trimestre de 2007:
  - Í Subseção Judiciária de Imperatriz/MA.
- Ã Construções com prazos de conclusão até o 1º trimestre de 2008:
  - Í Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG;
  - Í Subseção Judiciária de Uberaba/MG;
  - Í Subseção Judiciária de Caxias/MA;
  - Í Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT.
- Ã Construções que serão iniciadas em 2007, por antecipação do PPA de 2010:
  - Í Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA;
  - Í Subseção Judiciária de Guanambi/BA;
  - Í Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA;
  - Í Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG;
  - Í Subseção Judiciária de Passos/MG;
  - Í Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO;
  - Í Subseção Judiciária de Picos/PI.
- Ã Construção do edifício anexo da Seção Judiciária do Amazonas, com recursos assegurados em orçamento.  
**Prazo:** obra já em processo de licitação.

## Diretriz Estratégica III Virtualização de Processos Judiciais

### *Justificativa*

A tecnologia da informação poderá resgatar a imagem do Poder Judiciário ao combater seu principal problema: a morosidade. Existe necessidade premente de se adotarem soluções mais dinâmicas e simples para os trâmites e a apreciação dos processos judiciais, oferecendo aos magistrados melhores ferramentas de trabalho e aos advogados e às partes uma prestação jurisdicional mais célere e segura.

A virtualização do processo judicial, recentemente regulamentada pela Lei 11.419, de 19/12/06, já era destacada prioridade da Primeira Região, como forma de agilizar o julgamento dos feitos contenciosos. Assim, já se encontram virtualizados, em fase de adequação, os processos de Execução Fiscal e os dos Juizados Especiais Federais.

### *Objetivo*

Substituição do processo físico em papel pelo processo totalmente eletrônico nos autos de Execução Fiscal e nos dos Juizados

Especiais Federais, com acessibilidade, segurança e compartilhamento de informações entre todos os segmentos e usuários envolvidos.

#### *ResultadOs espeRadOs*

- Ã Automatização de ferramentas e procedimentos de trabalho da área judicial.
- Ã Eliminação de trâmite físico de processos.
- Ã Compartilhamento de dados inseridos, eliminando repetições desnecessárias e favorecendo a celeridade e a consistência de dados.
- Ã Maior disponibilidade de informações em tempo real, favorecendo a sociedade no acompanhamento de autos de seu interesse.
- Ã Racionalização e padronização dos procedimentos de trabalho.
- Ã Aumento do nível de satisfação do usuário, uma vez que haverá menor necessidade de comparecimento de partes, advogados e procuradores às dependências dos órgãos em busca de informações processuais, haja vista a facilidade de acesso a elas por meios não presenciais.

### Meta 15

#### *ImplementaçãO de SOLuções EletRônicas*

Objetivando dotar as áreas técnicas e os jurisdicionados com soluções que confirmam maior facilidade, celeridade e eficiência às atividades do dia-a-dia, serão desenvolvidos e aprimorados sistemas informatizados específicos, que agregarão novas ferramentas virtuais a serem disponibilizadas via *web*.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

**Responsável:** SECIN, para elaboração ou acompanhamento e fiscalização de todas as fases do projeto.

- Ã Implantação da intimação eletrônica nos JEFs (e-Cint).  
**Prazo de início:** 1º trimestre de 2007.
- Ã Implantação do diário eletrônico da Primeira Região.  
**Prazo de início:** 1º trimestre de 2008.
- Ã Implantação do Sistema de Vinculação de Consulta Processual com as sentenças e decisões da Primeira Instância – e-Doc.  
**Prazo de conclusão:** 1º trimestre de 2007.
- Ã Projetos já concluídos no biênio:
  - Í Correição Virtual de Varas Federais; **3**
  - Í Pedidos/autorizações de afastamentos de magistrados pela *web*; **3**
  - Í e-Assinador – Sistema de Assinatura Digital; **3**
  - Í e-Calendário – Calendário Eletrônico Forense, que informa todos os feriados regimentais, nacionais, estaduais na Primeira Região. **3**

### Meta 16

#### *AdequaçãO da infRa-estRutuRa da ÁRea de TecnOIgia da infORMaçãO*

A virtualização dos processos judiciais exige a utilização da mais moderna tecnologia de informática disponível, com amplo aporte de equipamentos e *softwares* que garantam a segurança e o bom funcionamento dos sistemas automatizados.

*fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

**Responsável:** a SECIN será responsável pela elaboração ou acompanhamento e fiscalização de todas as fases do projeto.

Ã Adequação da Rede de Comunicação de Dados para ampliar os circuitos, de modo que suportem os novos serviços que serão implantados a partir de 2007, principalmente relacionados ao processo eletrônico.

**Prazo de conclusão:** fevereiro de 2007.

Ã Aquisição de unidades robôs para geração de cópias de segurança dos dados digitais das Seccionais — exceto Bahia, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais — e do Tribunal, em razão da ampliação da capacidade de armazenamento de dados digitais neste.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007.

Ã Centralização e unificação das bases de dados das Seções e Subseções no Centro de Processamento de Dados do Tribunal.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007.

**Meta 17**

*Adequação dOs Sistemas Judiciais paRa  
platafORma Web*

Trabalho de aprimoramento de sistemas que já se encontram em funcionamento, com vistas a alterar a forma de acesso pelos usuários.

*fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

**Responsável:** SECIN, para elaboração ou acompanhamento e fiscalização de todas as fases do projeto.

Ã Juizado Especial Federal Virtual.

**Prazo de conclusão:** dezembro de 2007.

Ã Execução Fiscal Virtual.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2008.

Ã Sistema Processual de Primeiro Grau.

**Prazo de conclusão:** 4º trimestre de 2008.

Ã Juris – Sistema Processual de Segundo Grau.

**Prazo de início:** 1º trimestre de 2007.

**Prazo de conclusão:** 4º trimestre de 2009.

Ã Sistema de Integração de Processos Judiciais – sala de sessões: sistema de controle dos processos que serão julgados, com apresentação de ementa, do relatório e do voto aos demais membros do órgão julgador.

**Prazo de início:** 1º trimestre de 2007

**Prazo de conclusão:** 4º trimestre de 2009.



## **Diretriz Estratégica IV Eficiência dos Serviços**

### *Justificativa*

A crescente demanda da sociedade brasileira por serviço público de qualidade exige dos gestores da função pública administrativa uma atuação econômica e satisfatória dos recursos disponíveis, sem se olvidarem de que a eficiência é também um mandamento constitucional.

### *Objetivo*

Gerenciamento dos recursos disponíveis para a realização da finalidade pública pelos órgãos da Primeira Região, buscando sempre oferecer aos usuários dos serviços do Tribunal e Seccionais a melhor prestação jurisdicional.

### *Resultados esperados*

• Significativo aumento da produtividade em todos os níveis, proporcionado pela maior uniformidade no desenvolvimento dos trabalhos, métodos, rotinas e procedimentos.

- Ã Melhor gestão dos recursos orçamentários, financeiros e humanos ao adequá-lo e destiná-los de maneira programática às áreas necessárias.
- Ã Maior celeridade no processamento e procedimentos de apoio à prestação jurisdicional.
- Ã Otimização na execução do orçamento.
- Ã Melhora do nível de satisfação da sociedade, destinatária do serviço público, em relação aos serviços prestados pelo Tribunal.

### **Meta 18**

#### ***MOdeRnizaçãO dOs SeRviçOs de TaquiGrafia e de Audiências***

O quantitativo de taquígrafos do Tribunal é bastante defasado em relação ao crescente volume de trabalho nas sessões de julgamento judiciais e administrativas. Na primeira instância, não há servidores especializados para a gravação das audiências, fato que tem criado dificuldades para a captação e organização de áudios. Para contornar a situação, é imperativa a adoção de medidas de simplificação do trabalho e de incremento da produtividade.

#### ***fases de viabilizaçãO dO pROJetO***

**Responsável:** empresa contratada e COTAQ, com apoio técnico da SECIN.

- Ã Aquisição de solução integrada de informática (*hardware e software*) para captura, armazenamento, gerência e disponibilização de áudio, em meio digital, das sessões de julgamento do Tribunal e das audiências realizadas nas Seções e Subseções integrantes da Primeira Região, que irá propiciar:

- Í informações processuais na internet com os áudios dos respectivos julgamentos;
- Í facilidade na decodificação dos registros taquigráficos e na transcrição das audiências;
- Í arquivamento das gravações de forma indexada com geração de banco de dados de índice, possibilitando a recuperação imediata por data da sessão ou da audiência, relator, órgão julgador, vara, número do processo e outros a serem definidos, de acordo com as necessidades;
- Í número maior de eventos gravados por dia, em CD ou DVD, com absoluta fidelidade, sem interferências ou ruídos, e com requisitos de segurança (não permite violações ou alterações dos arquivos gravados);
- Í captação do som diretamente de cada microfone, com gravação imediata em microcomputador.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

- Ã Treinamento dos servidores do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciais integrantes da Primeira Região.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

### **Meta 19**

#### ***MOdeRnizaçãO e AmpliaçãO dO PaRque de EquipamentOs***

As facilidades propiciadas pela automatização foram definitivamente incorporadas ao dia-a-dia das organizações. O perfil de necessidades acompanhou essa evolução de tal sorte que, atualmente, o crescimento do parque tecnológico deve, necessariamente, acompanhar o crescimento do quadro de pessoal e as inovações lançadas no mercado, sob pena de rápida obsolescência.





Na Primeira Região, a fase de transição vivenciada com a virtualização requer infra-estrutura específica que municie o Tribunal para avançar com segurança na área de informação.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

**Responsável:** SECIN, com apoio da SECAD.

Ã Instalação de duas salas de segurança para prover o Tribunal de ambiente seguro para o armazenamento dos dados produzidos na Primeira Região, em face da centralização das bases de dados das Seccionais nesta Corte.

**Prazo de conclusão:** junho de 2007.

Ã Ampliação da capacidade de armazenamento de dados digitais no Tribunal.

**Prazo de conclusão:** abril de 2007.

Ã Ampliação da capacidade de armazenamento de dados digitais nas Seccionais.

**Prazo de conclusão:** abril de 2007.

Ã Aquisição para o Tribunal e Seccionais de equipamentos diversos de informática — tais como microcomputadores, impressoras, *scanner*, leitor ótico, monitor LCD — necessários ao desempenho das atividades dos magistrados e servidores.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

Ã Aquisição de equipamentos de telefonia baseados na tecnologia VOIP para os órgãos da Primeira Região, visando reduzir os custos de comunicação telefônica.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007.

Ã Aquisição de equipamentos servidores para o Tribunal e Seccionais, a fim de ampliar a capacidade de processamento de dados.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

Ã Aquisição de licenças de *softwares* para os equipamentos servidores do Tribunal, para suportar os sistemas e projetos que serão desenvolvidos.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007.

Ã Aquisição de equipamentos para monitorar a rede de comunicação de dados da Primeira Região, garantindo a proatividade na detecção de erros.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

Ã Elaboração de projeto com vistas à contratação de empresa especializada para fornecimento de impressoras com recursos de controle de cópias, na modalidade de aluguel, objetivando a redução no consumo de papel.

**Prazo de conclusão:** 4º trimestre de 2007.

#### **Meta 20**

##### *desenvOlvementO e MOdeRnizaçãO de Sistemas de ÌnfORMaçãO*

Além das crescentes necessidades de ampliação e atualização dos equipamentos de informática, há também as permanentes adequações dos sistemas automatizados, para otimizar suas facilidades e soluções.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

Ã Reestruturação do sistema atual do Pro-Social, focando o controle das informações dos beneficiários credenciados, benefícios, atendimento médico e odontológico e custos envolvidos no programa.

**Responsável:** SECIN.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007.



Ã Implantação do Sistema de Controle Orçamentário e Financeiro, integrando a Primeira Região e, garantindo melhor gerenciamento, controle e execução precisa dos recursos orçamentários e financeiros.

**Responsável:** SECIN, com apoio da SECOR e unidades equivalentes nas Seccionais.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2008.

Ã Implantação do Sistema de Solicitação de Viagens a Serviço – e-Avs.

**Responsável:** SECIN, SECAD e CENAG.

**Prazo de conclusão:** 1º trimestre de 2007.

## Meta 21

### *gestãO de RecuRsOs ORçamentÁRiOs e financeIROs*

A despeito das dificuldades impostas a um orçamento limitado e que está longe de atender a realidade da Primeira Região, os recursos disponibilizados para o exercício de 2007 serão programática e estrategicamente empregados, garantindo, de forma satisfatória, a gestão das despesas com observância dos limites de créditos definidos para a Primeira Região.

### *fases de viabilizaçãO dO pROJEtO*

Ã Realização da análise comparativa dos contratos administrativos em todas as Seções Judiciárias e no Tribunal, visando à uniformidade e redução de custos.

**Responsável:** SECAD, SECOI, SECOR e unidades equivalentes nas Seccionais.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

## Meta 22

### *gestãO de RecuRsOs HumanOs*

A valorização e o desenvolvimento do corpo funcional são requisitos para uma gestão eficaz e eficiente, que promova efetivamente a produtividade e o trabalho em equipe, assentado em bases técnicas.

A adoção da videoconferência permitirá a maior integração entre as áreas técnicas, com o compartilhamento de dificuldades e experiências, bem como o incremento da capacitação do corpo funcional.

Adicionalmente, medidas que contemplem interesses dos servidores encontram-se em curso, para atender antigas reivindicações.

### *fases de viabilizaçãO dO pROJEtO*

Ã Intensificar a capacitação dos recursos humanos da Primeira Região oferecendo educação continuada e oportunidades para embasamento técnico e metodológico adequados, se necessário, com consultoria especializada.

**Responsável:** SECRE e unidades equivalentes nas Seções.

**Prazo de início:** 1º trimestre de 2007. Após, a atividade, passa a ser contínua e permanente.

Ã Desenvolvimento de estudos para a criação da Universidade Corporativa da Primeira Região.

**Responsável:** DIGES, com o apoio técnico do CENAG.

**Prazo de conclusão:** 1º trimestre de 2008.

Ã Descentralização para as Seções Judiciárias dos processos de revisão de aposentadorias.

**Responsável:** SECRE, com apoio da SECIN, CENAG, SECOI e das unidades equivalentes nas Seções.

**Prazo de conclusão:** 4º trimestre de 2007.

Ã Abertura de processo permanente de remoção de pessoal no âmbito da Primeira Região.



**Responsável:** SECRE, com colaboração da SECIN e do CENAG.

**Prazo de conclusão:** 2º trimestre de 2007.

### Meta 23

#### *GestãO e AprimORamentO dO Sistema NORmativO*

O sistema normativo utilizado e já consolidado no Tribunal permite a divulgação e a operacionalização de atos resolutivos proferidos pelos órgãos colegiados, a fixação das competências administrativas das unidades, a uniformização de procedimentos e métodos de trabalhos, a transferência de conhecimentos e a racionalização de recursos.

É necessário mantê-lo atualizado e em constante aprimoramento para assegurar o eficiente conhecimento das políticas e objetivos estabelecidos, bem como dos procedimentos necessários para o melhor desempenho das atividades das diversas unidades administrativas, merecendo especial atenção da Administração.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

Ã Realização de estudos para atualização da regulamentação das funções, atribuições, estágio probatório, avaliação e promoção de magistrados federais.

**Responsável:** DIGES.

**Prazo de conclusão:** abril de 2007.

Ã Atualização do Regulamento de Serviço, adequando-o à nova estrutura do Tribunal.

**Responsável:** CENAG.

**Prazo de conclusão:** março de 2007.

Ã Revisão evolutiva de Instruções Normativas.

**Responsável:** CENAG.

**Prazo de conclusão:** outubro de 2007.

### Meta 24

#### *Qualidade de Vida dOs MagistRadOs e SeRvidORes*

A qualidade de vida no trabalho está inserida na cultura do Tribunal, abrangendo um conjunto de ações preventivas, curativas, sociais e culturais e objetivando o desenvolvimento humano multidimensional.

#### *fases de viabilizaçãO dO pROJetO*

Ã Implantação definitiva da realização de exames de avaliação da saúde dos servidores e magistrados (periódicos, admissionais, demissionais, retorno ao trabalho e mudança de cargo/área), incluindo a história médica, ocupacional, avaliação clínica e laboratorial, avaliação das demandas profissiográficas e cumprimento dos requisitos legais vigentes.

Ã Criação do perfil epidemiológico do TRF e, posteriormente, das Seções Judiciárias, nas bases da medicina social e multicausalidade, ultrapassando a visão comum de agente etiológico e doença.

Ã Promoção de atividades educativas em saúde tomando como referência as informações dos grupos analisados, gradativamente, por faixa etária.

Ã Estabelecimento de cinco frentes básicas de ações voltadas para a mudança do estilo de vida, buscando o equilíbrio da vida pessoal com a profissional:

┆ Incentivo a atividades físicas, culturais e de lazer;

┆ educação nutricional;

┆ gerenciamento do estresse e doenças ocupacionais;

- Í desenvolvimento de habilidades e do potencial criativo;
- Í combate ao uso do tabaco, álcool e outras drogas.

Ã Implantação de ações de acompanhamento em grupos para complementar a abordagem individualizada.

**Responsável:** SECBE.

**Prazo de conclusão:** 3º trimestre de 2007 para implantação. A partir da implantação, essas atividades assumem caráter contínuo.

## Meta 25

### *meta – modelo de excelência no Trabalho*

Há algum tempo, o Tribunal aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, internamente denominado Modelo de Excelência no Trabalho – META.

É chegado o momento de auferir dados para instrumentalizar as diversas áreas do Tribunal com indicadores de desempenho que propiciem a análise de seus processos de trabalho, possibilitando a constante evolução na prestação de seus serviços, para atingir a excelência almejada e tornar-se referência de serviço público de qualidade.

### *fases de viabilização do PROJETO*

Ã Treinamento em metodologia de pesquisa de satisfação de usuário.

**Responsável:** SECRE e Comissão do META.

**Prazo de conclusão:** março de 2007.

Ã Estabelecimento de indicadores de desempenho, de no mínimo, um processo de trabalho das áreas que prestam apoio direto à prestação jurisdicional e das demais áreas administrativas que realizam atendimento ao público externo.

**Responsável:** Comissão do META, com coordenação do CENAG e participação efetiva das unidades que terão os indicadores estabelecidos.

**Prazo de conclusão:** maio de 2007.

Ã Realização de pesquisa de satisfação de usuário externo e tabulação.

**Responsável:** Comissão do META, com coordenação do CENAG e participação efetiva das unidades que terão os serviços avaliados.

**Prazo de conclusão:** junho de 2007.

Ã Treinamento de gestão para todos os ocupantes de cargos de natureza gerencial e treinamento em excelência no atendimento ao público.

**Responsável:** SECRE e Comissão do META.

**Prazo de conclusão:** novembro de 2007.

Ã Implantação de ferramentas para análise, uniformização e melhoria de processo.

**Responsável:** Comissão do META, com coordenação do CENAG e participação efetiva das unidades responsáveis pelos processos de trabalho.

**Prazo de conclusão:** novembro de 2007.

## Meta 26

### *Implantação do Serviço de Ouvidoria Administrativa*

É fundamental que se invista na imagem da instituição, adquirindo respeito da opinião pública por meio da excelência na prestação de serviços à sociedade. Com esse intuito, antecipando-se à efetividade do disposto no § 3º do artigo 37 da Constituição Federal, será implantado serviço de ouvidoria administrativa destinado a manter canal de



comunicação simples, ágil, pessoal e interativo com os públicos interno e externo, ao ouvir e responder prontamente suas questões ou encaminhar seus problemas para soluções.

O serviço funcionará sem estrutura própria, mediante plantão rotativo entre as unidades administrativas, no qual deverá atuar como ouvidor do dia o diretor de nível hierárquico mais elevado da unidade, pois é imprescindível que o ouvidor tenha autonomia para solucionar problemas ou encaminhá-los para outras áreas, acompanhando sua solução, e corrigindo ou propondo a correção de processos e práticas administrativas.

### *fases de viabilizaçãO dO pROJeto*

- Ã Elaboração do projeto de funcionamento.  
**Responsável:** CENAG.  
**Prazo de conclusão:** março de 2007.
- Ã Expedição de portaria/ ato para implantação do serviço.  
**Responsável:** PRESI.  
**Prazo de conclusão:** março de 2007.
- Ã Desenvolvimento de sistema de gerenciamento de atendimento.  
**Responsável:** SECIN e CENAG.  
**Prazo de conclusão:** abril de 2007.
- Ã Implantação.  
**Coordenação:** Diretor-Geral.  
**Execução:** Diretoria-Geral e Secretarias com suas unidades vinculadas.  
**Prazo de conclusão:** abril de 2007.